

## ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

GECONT/CONTRAT  
Ct. nº xxx/2009

### CONTRATO

Aquisição de Solução Integrada de Automação da Gestão de Recursos Humanos que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a empresa  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena, nº.1420 e Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE, a seguir denominado **TRIBUNAL**, e a empresa  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua/Avenida xxxxxxxxxxxxxxxx, nº. xxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxx, em Belo Horizonte/MG, CNPJ nº. xx.xxx.xxx/0001.xx a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu xxxxx, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº. xxx.xxx.xxx-xx, celebram o presente contrato, mediante licitação nº. 041/2009 – Pregão Presencial, regida pelas Leis Estaduais nº. 13.994/01, nº. 14.167/02, Decretos Estaduais nº. 44.786/08 e nº. 44.431/06 subsidiariamente à Lei Federal nº. 8.666/93, e alterações posteriores a estas normas, bem como às cláusulas deste.

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Aquisição de Solução Integrada de Automação da Gestão de Recursos Humanos, para utilização na Secretaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e nas comarcas do Estado de Minas Gerais, nos termos dos **Anexos** abaixo relacionados, bem como da proposta da CONTRATADA apresentada à Licitação nº. 041/2009, parte integrante e inseparável deste instrumento.

|          |                                     |
|----------|-------------------------------------|
| Anexo I  | Termo de Referência                 |
| Anexo II | Especificação Técnica e Funcional   |
| Anexo IV | Requisitos mínimos dos Atestados    |
| Anexo V  | Termo de Sigilo e Confidencialidade |

**1.1.** A Solução Integrada de Automação da Gestão de Recursos Humanos, conforme detalhamento especificado neste Contrato e **Anexos I e II**, compreende os seguintes itens:

- 1) Fornecimento de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, incluindo cessão do direito de uso em caráter perpétuo e com cessão de código fonte;
- 2) Fornecimento dos Softwares Adicionais, incluindo cessão do direito de uso em caráter perpétuo;
- 3) Serviços especializados de Gerenciamento do Projeto;
- 4) Serviços especializados de Gestão da Mudança Organizacional;
- 5) Serviços especializados de Modelagem dos Processos;
- 6) Serviços especializados de Implementação Modular do Sistema, incluindo: análise dos requisitos, adequação, desenvolvimento e instalação do SISTEMA, carga de dados, integração com os sistemas legados, teste e implantação em produção;
- 7) Serviços especializados de Estabilização;
- 8) Serviços especializados de Suporte Técnico;
- 9) Serviços especializados de Manutenção Presencial;
- 10) Horas Técnicas para Evoluções e Adequações;
- 11) Serviços especializados de Treinamento.

**1.2.** Os produtos constantes do objeto, além de outros termos freqüentemente citados, passam a ser referidos neste Contrato e em seus Anexos respectivamente como:

- a) Solução Integrada de Automação da Gestão de Recursos Humanos – **SOLUÇÃO**.

- b) Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – **Sistema de Recursos Humanos, Sistema de RH, SISTEMA.**
- c) Serviços especializados de Gerenciamento do Projeto – **Gerenciamento do Projeto.**
- d) Serviços especializados de Gestão da Mudança Organizacional – **Gestão da Mudança Organizacional, Gestão da Mudança, Mudança Organizacional.**
- e) Serviços especializados de Modelagem dos Processos – **Modelagem.**
- f) Serviços especializados de Implementação Modular do Sistema – **Implementação.**
- g) Serviços especializados de Estabilização – **Estabilização.**
- h) Serviços especializados de Suporte Técnico – **Suporte, Suporte Técnico.**
- i) Serviços especializados de Manutenção Presencial – **Manutenção.**
- j) Serviços especializados de Treinamento – **Treinamento.**
- k) Horas Técnicas para Evoluções e Adequações – **Horas Técnicas.**

**1.3.** O objeto será executado, observando integralmente o Termo de Referência – **Anexo I** e Especificação Técnica e Funcional – **Anexo II**, bem como demais elementos apresentados na proposta comercial.

### **DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – SLA**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A CONTRATADA será responsável pelo cumprimento do acordo de nível de serviços nos termos abaixo:

**2.1.** Os indicadores/metastabelecidos no item 24 do Anexo I definem os níveis de serviço inicialmente exigidos e que devem ser cumpridos pela Contratada.

**2.2.** A qualquer tempo, no decorrer da vigência deste Contrato, os indicadores e respectivas metas de níveis de serviço poderão ser revistos mediante acordo entre as partes.

### **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços vinculados ao objeto deste Contrato deverão ser executados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão, transferência e subcontratação, total ou parcial, exceto no caso previsto neste Termo de Referência relativo à Equipe Técnica.

**3.1.** Todos os serviços que se façam necessários para atendimento das condições estabelecidas neste Contrato e seus Anexos, que exigirem interação com os funcionários do TRIBUNAL deverão ser executados em horário comercial, ou seja, de 8:00 h às 18:00 h, de 2ª a 6ª feira, em dias úteis, conforme definido no Calendário do Judiciário (disponível para consulta pelo endereço [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br), em Serviços, Calendário do Judiciário) .

**3.2.** A CONTRATADA deverá considerar que, conforme § 2º do Art. 313 da Lei Complementar Estadual nº. 85/2005 (disponível para consulta pelo endereço [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), em Legislação, Legislação Mineira), os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro inclusive são feriados na Justiça do Estado e, portanto, há suspensão do expediente no TRIBUNAL.

**3.3.** Toda a interação presencial entre a equipe da CONTRATADA e do TRIBUNAL deverá ocorrer nas dependências físicas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

**3.4.** A critério exclusivo do TRIBUNAL poderá ser autorizada a realização, nas suas dependências físicas, de atividades específicas fora dos dias úteis e horário comercial.

**3.5.** Caso a CONTRATADA venha a desenvolver atividades fora dos dias úteis e do horário comercial, esta o fará sem ônus para o TRIBUNAL.

**3.6.** Todos os serviços deverão ser executados de forma a manter total compatibilidade, continuidade e integridade com o ambiente tecnológico do TRIBUNAL.

**3.7.** Todos os serviços executados serão acompanhados pela equipe técnica do TRIBUNAL, visando absorção das tecnologias e soluções implantadas pela CONTRATADA, bem como continuidade e manutenção dos serviços realizados.

**3.8.** A CONTRATADA obriga-se a repassar os conhecimentos e técnicas empregadas na execução dos serviços para a equipe técnica do TRIBUNAL.

**3.9.** A CONTRATADA manterá sempre disponíveis os recursos técnicos ideais em número e qualidade para a realização dos serviços.

**3.10.** Para as atividades realizadas dentro do TRIBUNAL, serão disponibilizadas as instalações físicas com infra-estrutura de rede e ramais telefônicos. A utilização dos ramais telefônicos será limitada, conforme termos estabelecidos entre TRIBUNAL e a CONTRATADA antes do início efetivo dos trabalhos. O mesmo vale para o eventual acesso à Internet por parte dos profissionais da CONTRATADA.

**3.11.** A quantidade de profissionais da CONTRATADA que será alocada nas dependências do TRIBUNAL será definida em comum acordo entre o TRIBUNAL e a CONTRATADA levando em consideração a disponibilidade de espaço físico do TRIBUNAL, exceto para as quantidades de profissionais já especificadas neste Termo de Referência.

**3.12.** Caberá à CONTRATADA disponibilizar para seus profissionais, a seu encargo, as estações de trabalho, impressoras, scanners, softwares, ferramentas, e outros insumos necessários ao desempenho de suas atividades, nas suas próprias instalações e nas instalações do TRIBUNAL.

**3.13.** As ferramentas de apoio a serem utilizadas pela CONTRATADA para auxiliar na execução dos serviços deverão ser aprovados pelo TRIBUNAL, como condição prévia para sua utilização.

**3.13.1.** São ferramentas de apoio todo software a ser utilizado para gerenciamento do projeto, modelagem dos processos, desenvolvimento do SISTEMA, implantação da SOLUÇÃO ou qualquer outro software utilizado para auxiliar a execução dos serviços objeto deste Contrato, mas que não fazem parte da SOLUÇÃO ofertada.

**3.13.2.** Entre as ferramentas de apoio a serem utilizadas pela CONTRATADA deverá estar prevista uma ferramenta de *bugtrack*, via web, preferencialmente software livre, que será utilizada pela equipe do TRIBUNAL ou terceiros autorizados pelo TRIBUNAL, para registrar incidentes e/ou acompanhar e monitorar o andamento dos incidentes registrados. O acesso à ferramenta de *bugtrack* deverá ser concedido a partir no início da fase de Adequação e Desenvolvimento do primeiro módulo do sistema até o encerramento do contrato.

**3.13.3.** As ferramentas de apoio são de uso exclusivo da CONTRATADA e da sua equipe técnica, à exceção da ferramenta de *bugtrack*. O fornecimento das ferramentas de apoio não faz parte do escopo deste Contrato.

**3.14.** No encerramento do contrato a CONTRATADA deverá fornecer ao TRIBUNAL, sem ônus adicional, toda a base de dados disponível no sistema de *bugtrack*.

**3.15.** Serão exigidas adequação e homologação de uso das estações de trabalho nos padrões de segurança definidos pelo TRIBUNAL.

**3.16.** Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA conforme o cronograma de atividades constante do documento Plano de Implantação da SOLUÇÃO homologado pelo TRIBUNAL.

**3.17.** A participação eventual de funcionários do TRIBUNAL no projeto, para fornecimento de informações, por solicitação da CONTRATADA, deverá ser formalizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

**3.18.** O TRIBUNAL se reserva o direito, durante o prazo de vigência do contrato a ser celebrado, de realizar diligências e/ou auditorias nas dependências da CONTRATADA para averiguação quanto à segurança da informação, comprovação de aplicação das melhores práticas e técnicas na execução dos

serviços, além de outros controles para garantia do sucesso da prestação dos serviços.

### **DA GARANTIA DO OBJETO**

**CLÁUSULA QUARTA:** A CONTRATADA se compromete a garantir o correto e pleno funcionamento da SOLUÇÃO fornecida durante a vigência deste Contrato.

**4.1.** Caso, neste período, ocorram ou sejam identificados erros, vícios ou falhas em produtos entregues ou serviços executados, a CONTRATADA deverá saná-los de forma definitiva, sem ônus para o TRIBUNAL, mesmo que a correção acarrete alteração em outros produtos ou serviços executados pela CONTRATADA.

**4.2.** A CONTRATADA deverá dar garantia de suporte técnico, de atualização de versões e de manutenção corretiva da Solução Integrada de Gestão de Recursos Humanos.

**4.3.** Com relação ao atendimento por parte da CONTRATADA:

**4.3.1.** Do início do contrato até a conclusão da etapa de Implantação do SISTEMA, o atendimento deverá ser imediato à notificação do erro, vício ou falha identificado. O prazo para correção será acordado entre o TRIBUNAL e a CONTRATADA.

**4.3.2.** Durante o período de suporte técnico, o prazo para atendimento está estabelecido no item Detalhamento do Serviço de Suporte Técnico do Termo de Referência.

**4.4.** Todos os produtos entregues como resultado dos serviços previstos no Termo de Referência deverão ser mantidos e atualizados pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato, em um prazo acordado com a Diretoria Executiva de Informática do TRIBUNAL.

**4.5.** A aprovação e posterior pagamento ou quitação de um serviço ou produto não exime a CONTRATADA das responsabilidades quanto às garantias específicas associadas a cada produto ou serviço.

### **DA PROPRIEDADE**

**CLÁUSULA QUINTA:** Todos os módulos ou funcionalidades do SISTEMA que atendem de forma imediata os requisitos funcionais e tecnológicos descritos no **Anexo II** do Edital são de propriedade exclusiva da CONTRATADA, devendo a comprovação se dar em no máximo 10 (dez) dias após a data de início fixada na Autorização de Início dos Serviços.

**5.1.** Entende-se por requisito atendido de forma imediata aquele já existente na SOLUÇÃO ofertada pela CONTRATADA, não sendo necessária qualquer alteração, modificação no código existente ou desenvolvimento de novo código para torná-lo aderente aos requisitos funcionais e tecnológicos descritos no **Anexo II**. Um requisito somente será considerado como atendido de forma imediata se, além de atender as características funcionais, atender na íntegra os requisitos tecnológicos especificados no **Anexo II**.

**5.2.** O direito de propriedade destes módulos ou funcionalidades não se transfere ao TRIBUNAL, devendo este mantê-lo completamente livre de quaisquer reivindicações sua ou de terceiros.

**5.3.** Toda e qualquer customização, desenvolvimento, modificação ou adaptação na SOLUÇÃO realizada pela CONTRATADA para atendimento do objeto e durante a vigência deste Contrato, passará a ser considerada, para todos os fins e efeitos, de co-propriedade patrimonial, exclusiva ao TRIBUNAL e à CONTRATADA.

**5.4.** As versões evolutivas e derivativas da SOLUÇÃO, desenvolvidas isoladamente pelo TRIBUNAL e/ou pela CONTRATADA após o encerramento do Contrato, serão de propriedade exclusiva de quem as

desenvolveu.

**5.5.** Para efeito de garantia de continuidade dos serviços, a CONTRATADA cederá ao TRIBUNAL, o direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os produtos resultantes do cumprimento do contrato, entendendo-se por produtos quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, fluxogramas, listagens de programas de computador (fonte e executável) e documentação, em papel ou mídia eletrônica.

**5.6.** Findo este Contrato o TRIBUNAL fica autorizado a utilizar todos os produtos resultantes do cumprimento deste contrato, podendo proceder às modificações necessárias à continuidade dos serviços e/ou contratar terceiros para fazê-lo.

**5.7.** No caso de fatos supervenientes durante a vigência deste Contrato que venham a descontinuar a comercialização da SOLUÇÃO ou o seu suporte técnico, o TRIBUNAL fica autorizado a utilizar todos os produtos resultantes do contrato até então, podendo proceder as modificações necessárias à continuidade dos serviços.

**5.8.** Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, todo e qualquer ônus, custo ou despesa com o pagamento de *royalties*, direitos autorais ou qualquer outro em virtude do uso de processo sigiloso ou invenção, patenteada ou não, relativo a artigo, dispositivo ou equipamento, métodos de construção, inclusive componentes desenvolvidos por terceiros, ou pela própria CONTRATADA, utilizados na execução da SOLUÇÃO, comprometendo-se a CONTRATADA a isentar o TRIBUNAL, seus dirigentes, servidores ou prepostos, de responsabilidade de qualquer natureza ou espécie com relação aos referidos ônus, custos e despesas, ainda que apurados ou cobrados após o término do contrato.

**5.9.** O TRIBUNAL deverá ser ressarcido integralmente pela CONTRATADA por toda e qualquer perda ou dano que venha sofrer, mesmo em procedimento judicial que o condene, em razão da violação de propriedade intelectual empregada direta ou indiretamente na execução da SOLUÇÃO, ou na subsequente operação ou manutenção.

### **DOS PRAZOS**

**CLÁUSULA SEXTA:** O prazo de vigência do contrato será de **41 (quarenta e um) meses**, contado da data da sua assinatura, aí compreendidos os prazos para execução e recebimento definitivo dos serviços, prorrogável na forma da lei.

**6.1.** O prazo máximo de execução do objeto é de **40 (quarenta) meses** contados da data fixada na Autorização de Início dos Serviços até o fim do período de suporte técnico, incluindo todos os serviços objeto deste Contrato.

**6.2.** O prazo efetivo de execução dos serviços deverá ser o prazo apresentado pela Contratada no cronograma de atividades constante do documento Plano de Implantação da SOLUÇÃO, aprovado pelo TJMG, e deverá ser inferior ao prazo máximo especificado.

**6.3.** Dentro da vigência do contrato, a CONTRATADA deverá executar, de forma integral, todos os serviços relacionados ao objeto deste Contrato e implantar todos os módulos do SISTEMA.

**6.4.** Os prazos de início e entrega de cada etapa ou serviço deverão seguir o cronograma constante do documento Plano de Implantação da SOLUÇÃO e deverão respeitar as seguintes condições:

| <b>Prazos máximos de execução :<br/>(contados do início da vigência do Contrato.)</b> |                                |
|---|--------------------------------|
| <b>Serviço</b>  | <b>Prazo máximo de Entrega</b> |
| Seminários de apresentação das metodologias   | Até o fim do 3º mês            |
| Entrega do Plano de Implantação da SOLUÇÃO  | Até o fim do 4º mês            |
| Implementação dos módulos de Registro de Pessoal e Apuração de Frequência             | Até o fim do 15º mês           |
| Implementação do módulo Folha de Pagamento  | Até o fim do 18º mês           |
| Implementação dos demais módulos  | Até o fim do 29º mês           |

| <b>Restrições para início de execução e início de faturamento dos serviços:</b> |  |
|---|--|
| <b>Serviço</b>  | <b>Restrições para início de execução/faturamento</b>                            |
| Todos os serviços   | Data de início fixada na Autorização de Início dos Serviços.                     |
| Estabilização   | Aprovação pelo TJMG da implementação do primeiro módulo do SISTEMA.              |
| Suporte Técnico   | Aprovação pelo TJMG da implantação da SOLUÇÃO                                    |
| Manutenção Presencial   | Efetiva disponibilização da equipe técnica definida para a manutenção presencial |

**6.5.** Os prazos de início e entrega das etapas e dos serviços admitem prorrogação, mantidas as demais condições deste Contrato e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, devendo ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente do TRIBUNAL, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do projeto ou especificações pelo TRIBUNAL;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste Contrato;
- c) Interrupção da execução deste Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do TRIBUNAL;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no Edital e seus Anexos, no limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nos termos da lei;
- e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo TRIBUNAL em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo do TRIBUNAL, inclusive quanto aos prazos previstos para avaliação ou aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução deste Contrato.

**6.6.** Nenhuma parte será responsável para com a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

**6.7.** Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou caso fortuito, cessarão os deveres e responsabilidades de ambas as partes, em relação aos serviços contratados.

**6.8.** Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir com seus deveres e responsabilidades relativos aos serviços contratados, deverá comunicar por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração de prazo pretendida.

**6.9.** O comunicado sobre força maior será julgado à época do seu recebimento com relação à aceitação ou não do fato alegado, podendo o TRIBUNAL constatar a sua veracidade.

**6.10.** Constatada a interrupção da execução dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário à retomada dos serviços.

**6.11.** Qualquer dúvida com respeito a esta prorrogação de prazos será esclarecida e devidamente acordada entre o TRIBUNAL e a CONTRATADA, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes.

**6.12.** Ocorrendo a prorrogação do contrato pelo TRIBUNAL, esta se fará por meio de Termo Aditivo, reservando-se ao TRIBUNAL o direito de exigir, durante a prorrogação, o mesmo atendimento.

**6.13.** Caso ocorra(m) modificação(ões) no Termo de Referência e/ou Especificação Técnica e Funcional para sua melhor adequação, sem culpa da CONTRATADA, o prazo de execução do contrato poderá ser prorrogado.

**6.14.** Caso seja(m) necessária(s) modificação(ões) no (s) projeto (s), configurada a culpa da CONTRATADA, o prazo de execução do contrato não será prorrogado, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

## **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Constituem obrigações:

### **DO TRIBUNAL:**

**7.1.** Efetuar o pagamento no prazo e condições avençadas.

**7.2.** Disponibilizar todas as informações e dados necessários à elaboração e execução dos trabalhos, bem como alocar pessoal do seu quadro visando garantir a cooperação necessária para o desenvolvimento dos trabalhos.

**7.3.** Permitir acesso aos sistemas e bases de dados, respeitando normas de segurança do TRIBUNAL.

**7.4.** Disponibilizar a equipe para acompanhamento do projeto, visando a adequação dos aspectos tecnológicos e a absorção das tecnologias e soluções implantadas.

**7.5.** Acompanhar, periodicamente, a execução dos serviços, dentro dos padrões de qualidade, integridade, segurança e produtividade, necessários para o atendimento aos critérios de qualidade de produtos especificados pela Diretoria Executiva de Informática do TRIBUNAL.

**7.6.** Fornecer toda a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento dos serviços executados em suas dependências.

**7.8.** Promover a fiscalização do andamento da execução do objeto, em termos quantitativos e qualitativos, podendo recusar qualquer item que não esteja de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos.

**7.9.** Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços.

**7.10.** Permitir livre acesso aos profissionais da CONTRATADA às dependências do TRIBUNAL quando o caso assim se manifestar necessário, respeitado o horário normal de trabalho e funcionamento do TRIBUNAL.

**7.11.** Instituir as normas internas, elaboradas pela CONTRATADA, referentes às mudanças nos processos, decorrentes do serviço de implantação do SISTEMA.

### **DA CONTRATADA:**

**7.12.** Fornecer o objeto deste contrato pelos preços contratados, de acordo com os prazos fixados e com as especificações constantes deste Contrato, Edital e seus Anexos, sem nenhum ônus extra para o TRIBUNAL.

**7.13.** Respeitar as normas internas do TRIBUNAL.

**7.14.** Discutir previamente com o TRIBUNAL, recebendo oficialmente sua aceitação sobre qualquer decisão técnica, política, estratégica ou relativa a processo antes de sua execução.

**7.15.** Executar os serviços de forma a manter total compatibilidade, continuidade e integridade com o

ambiente tecnológico do TRIBUNAL.

**7.16.** Documentar todas as fases do projeto, permitindo à equipe do TRIBUNAL o acompanhamento e pleno entendimento das mesmas.

**7.17.** Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido no contrato e os que apresentarem defeitos de material, desconformidades ao especificado, execução em desacordo com a boa técnica ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicável.

**7.18.** Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto ao padrão de qualidade dos serviços.

**7.19.** Manter durante a execução do contrato, equipe técnica, conforme estabelecido no item 15 do Anexo I, adequadamente dimensionada em termos qualitativos e quantitativos, capaz de executar todos os serviços contratados, com qualidade e dentro dos prazos estipulados.

**7.20.** Substituir, conforme prazos estabelecidos no item 15 do Anexo I, qualquer profissional que integre a equipe técnica, caso o mesmo seja desligado da equipe, quer seja por decisão da CONTRATADA ou por solicitação da Diretoria Executiva de Informática do TRIBUNAL.

**7.21.** Garantir a execução dos serviços sem interrupção, substituindo, sem ônus para o TRIBUNAL, qualquer profissional que estiver em gozo de férias, auxílio doença, auxílio maternidade ou qualquer outro benefício legal/regulamentar, por outro com a mesma qualificação técnica ou superior.

**7.22.** Comparecer, sempre que convocada, às dependências do TRIBUNAL em Belo Horizonte, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, para exame ou esclarecimentos dos serviços contratados.

**7.23.** Não demonstrar e não usar como “case” de apresentação de marketing da empresa, os produtos gerados, relativos ao objeto da prestação dos serviços, sem a prévia autorização por escrito do TRIBUNAL.

**7.24.** Prover e gerir infraestrutura própria de hardware e software, bem como recursos físicos necessários à execução dos serviços contratados.

**7.25.** Solicitar autorização prévia do TRIBUNAL para incorporar ao SISTEMA componentes de software que não sejam de propriedade da CONTRATADA e que não tenham sido previamente licenciados para o TRIBUNAL.

**7.26.** Para todos os fins de direito, a CONTRATADA é empregadora autônoma, não existindo entre seus empregados e o TRIBUNAL vínculo de qualquer natureza, correndo por conta e responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, FGTS, seguro e quaisquer encargos propostos.

**7.27.** Assumir inteira responsabilidade administrativa, civil e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais que possa advir, direta ou indiretamente, ao TRIBUNAL, ou ainda a terceiros, por ela causados ou por seus prepostos, no cumprimento deste contrato.

**7.28.** Indenizar o TRIBUNAL por todo e qualquer dano decorrente direta ou indiretamente da execução do presente contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

**7.29.** Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem o TRIBUNAL o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA.

**7.30.** Cumprir o disposto no inciso V do art.27, da Lei Federal nº. 8.666/93.

**7.31.** Indicar representante da empresa, responsável pela gestão do Contrato, informando endereço, telefone, fax e e-mail.

**7.32.** Cuidar para que todos os privilégios de acesso a sistemas, informações e recursos do TJMG sejam revistos, modificados ou revogados quando da transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissionais sob sua responsabilidade.

**7.33.** Planejar, desenvolver, implantar, executar e manter os serviços objetos do contrato dentro dos acordos de níveis de serviços estabelecidos.

**7.34.** Gerenciar a execução dos serviços, com acompanhamento diário da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo.

**7.35.** Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviço acordados deverão ser imediatamente comunicados ao TJMG.

### **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA OITAVA:** Observado o disposto no art. 67 da Federal nº. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto deste Contrato serão geridos **por meio de uma Comissão Especial de Fiscalização** a ser designada pelo TRIBUNAL, cujos membros ficarão responsáveis, entre outras atribuições, por dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, e de tudo darão ciência ao TRIBUNAL.

**8.1.** Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, a Comissão Especial de Fiscalização, devidamente autorizada, poderá, ainda, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

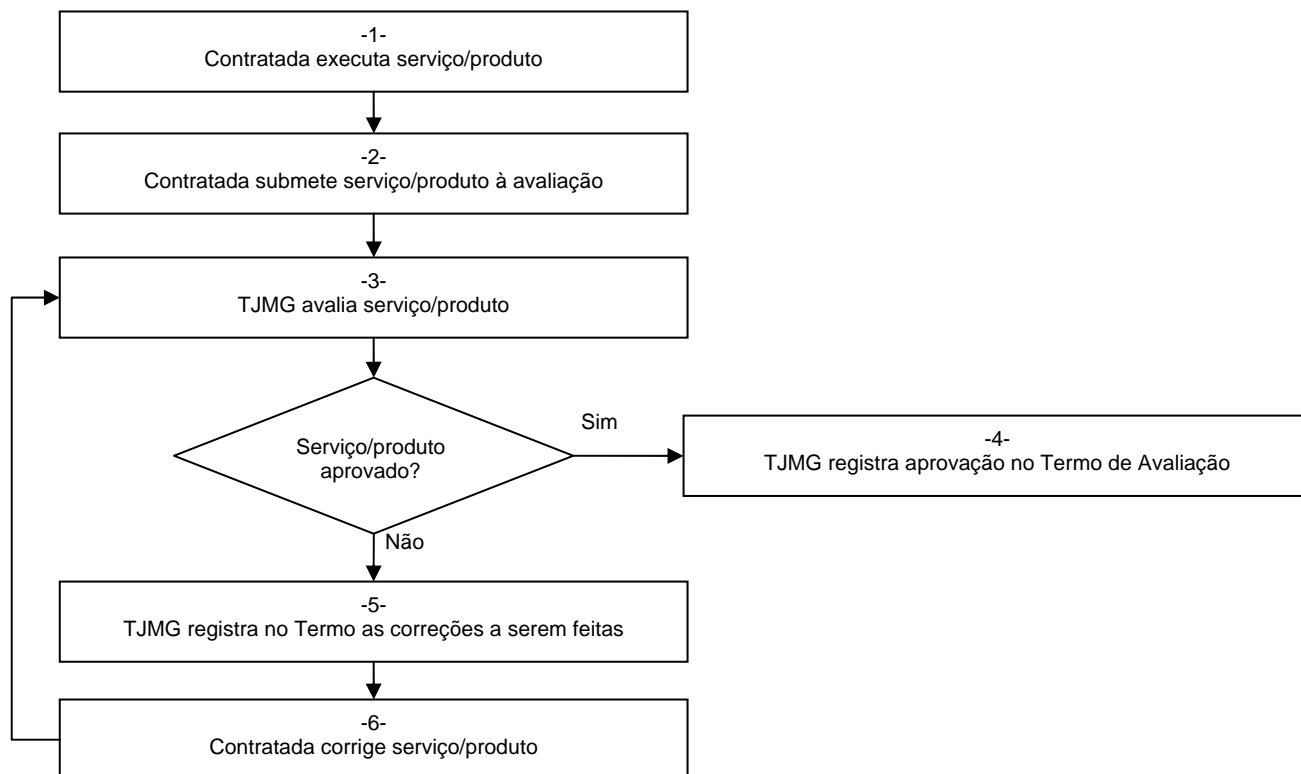
**8.2.** A administração e fiscalização pela Comissão Especial de Fiscalização/TRIBUNAL não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

**8.3.** Para tanto, Comissão Especial de Fiscalização registrará as deficiências porventura existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das especificações, comunicando-as à CONTRATADA para a imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**8.4.** A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução das obrigações assumidas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte do TRIBUNAL. (art. 70 da Lei nº. 8.666/93).

### **DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA NONA:** Todos os produtos, serviços e etapas relativos ao objeto deste Edital serão recebidos pelo TRIBUNAL conforme o fluxo e condições estabelecidas a seguir:



**9.1.** Todos os produtos, serviços e etapas relativos ao objeto deste Edital, previstos ou não no Termo de Referência, uma vez executados pela CONTRATADA deverão ser avaliados e aprovados pelo TRIBUNAL, mediante Termo de Avaliação, como condição para ateste na nota fiscal e liberação do respectivo pagamento.

**9.2.** Os produtos, serviços e etapas deverão ser disponibilizados e submetidos à avaliação do TRIBUNAL, mediante comunicação formal da CONTRATADA.

**9.3.** Todos os produtos relativos a documentação (artefatos), deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA conforme estabelecido no item Documentação do Anexo II.

**9.3.1** Para efeito de avaliação, os artefatos deverão ser entregues apenas em versão eletrônica. A versão impressa somente deverá ser entregue quando da aprovação do artefato.

**9.4.** Todos os produtos do SISTEMA que envolvam testes deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA no ambiente de homologação do TRIBUNAL para que sejam avaliados conforme definido para cada serviço neste Termo de Referência e, em especial, definido no subitem Teste e Homologação.

**9.5.** Para cada produto, serviço ou etapa objeto deste Edital será emitido um Termo de Avaliação pelo TRIBUNAL aprovando ou rejeitando o respectivo produto, serviço ou etapa.

**9.6.** O Termo de Avaliação conterá um registro histórico de todas as ocorrências relacionadas ao processo de rejeição/aprovação, inclusive as respectivas datas.

**9.7.** Será registrada no Termo de Avaliação a “data da entrega para avaliação” que corresponderá à data da primeira e efetiva disponibilização do produto pela CONTRATADA.

**9.7.1.** No caso de serviço ou etapa, a “data de entrega para avaliação” a ser registrada respectivo termo será a “data da entrega para avaliação” do último produto obrigatório previsto para o serviço/etapa.

**9.8.** O prazo de avaliação pelo TRIBUNAL, contado a partir da data entrega para avaliação, será de:

- a)** 20 (vinte) dias úteis para os serviços/etapas e produtos entregues pela CONTRATADA relativos à implementação, à estabilização, às horas técnicas e à manutenção presencial;
- b)** 15 (quinze) dias úteis para os serviços/etapas e produtos entregues pela CONTRATADA relativos ao gerenciamento de projetos, à gestão da mudança organizacional, ao suporte técnico e à modelagem de processos;
- c)** 10 (dez) dias úteis para os serviços/etapas e produtos entregues pela CONTRATADA relativos ao treinamento.

**9.8.1.** Este prazo será contado para cada um dos produtos entregues pela CONTRATADA.

**9.9.** Caso o produto ou serviço/etapa seja considerado aprovado, o TRIBUNAL registrará no Termo de Avaliação a aprovação e a respectiva data.

**9.10.** Um serviço ou etapa somente será considerado aprovado, quando todos os produtos relacionados ao serviço/etapa forem considerados aprovados.

**9.10.1.** A data de aprovação registrada no Termo de Avaliação de um serviço ou etapa será utilizada para efeito de cálculo do Índice de Cumprimento de Prazo, conforme indicado no item 24 do Anexo I.

**9.11.** Um produto ou serviço/etapa será rejeitado quando estiver em desacordo com as especificações deste Edital e seus Anexos ou especificações dos documentos produzidos durante a execução do contrato, ou apresentar as falhas e/ou vícios, de responsabilidade da CONTRATADA.

**9.12.** Caso o produto, serviço ou etapa seja considerado rejeitado, o TRIBUNAL registrará no Termo de Avaliação:

- a)** a justificativa para rejeição, apresentando as eventuais falhas identificadas e/ou a relação de ajustes a serem realizados pela CONTRATADA
- b)** a data da avaliação (data em que o serviço, produto ou etapa foi considerado rejeitado);
- c)** o prazo necessário à CONTRATADA para refazer os serviços e reapresentar os produtos corrigidos ou alterados, observando o não prejuízo do prazo final de entrega do projeto.

**9.13.** Os serviços/etapas e produtos corrigidos serão submetidos a reavaliação pelo TRIBUNAL, conforme prazos para avaliação estipulados acima.

**9.13.1.** No caso de reavaliação, não será emitido um novo Termo de Avaliação. Será registrado no termo já existente a data da entrega para reavaliação e o resultado da reavaliação.

**9.13.2** O prazo para avaliação pelo TRIBUNAL será contado a partir da data da entrega para reavaliação.

**9.14.** Os serviços de Acompanhamento da Execução do Projeto, de Estabilização, de Suporte Técnico, de Horas Técnicas, de Manutenção Presencial e de Treinamento serão medidos, aprovados e faturados **mensalmente**.

**9.15.** O serviço de Gestão da Mudança Organizacional será medido, aprovado e faturado a cada **3 (três) meses**.

**9.16.** A medição do serviço mensal, para efeito da emissão do Termo de Avaliação do serviço, deverá ser realizada no final de cada mês, compreendendo o período entre o primeiro dia e o último dia do respectivo mês. Deverão ser ressalvados o mês de início da execução do serviço, em que a medição compreenderá

os serviços realizados entre a data de início da execução e o último dia do mês em questão, bem como o último mês da prestação do serviço ou do contrato, em que se medirão os serviços prestados entre o primeiro dia deste mês e a data de finalização do serviço.

**9.17.** Os serviços de Horas Técnicas e Manutenção Presencial serão mensurados com base nas especificações e informações contidas nas Ordens de Serviço, nas Propostas de Execução e no resultado apurado da efetiva prestação do serviço, registrado no Relatório de Acompanhamento Mensal das Ordens de Serviço.

**9.18.** Cada treinamento ministrado será avaliado conforme critérios estabelecidos no item 14 do Anexo I.

**9.19.** A aprovação no Termo de Avaliação não implicará em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere a legislação em vigor.

**9.20.** O TRIBUNAL se reserva o direito de contratar empresas externas para a realização de serviços de homologação, testes e avaliação de produtos entregues e serviços executados pela CONTRATADA relativos ao objeto deste Contrato.

### **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal na **Diretoria-Executiva de Informática - DIRFOR**, situada na Avenida do Contorno nº. 629 – 2º andar, Belo Horizonte/MG, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total, acompanhada dos originais das certidões negativa de débito junto ao INSS e FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal (válidas e regulares).

**10.1.** O TRIBUNAL, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo estipulado no subitem 10.2 será contado a partir da reapresentação do documento com as devidas correções ou esclarecimentos.

**10.2.** O TRIBUNAL terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Nota Fiscal, para o ateste no verso e o seu envio para pagamento.

**10.3.** A liberação dos pagamentos está vinculada à assinatura e publicação do contrato, à conclusão dos serviços e efetiva entrega dos produtos, à aprovação do serviço e ao ateste na Nota Fiscal.

**10.4.** A CONTRATADA obriga-se a emitir as Notas Fiscais referentes aos serviços, etapas e/ou produtos apenas após a sua aprovação mediante Termo de Avaliação emitido pelo TRIBUNAL.

**10.5.** Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada serviço ou etapa formalmente aprovados.

**10.6.** Para os serviços faturados mensalmente, a CONTRATADA apresentará, para cada serviço, uma única Nota Fiscal mensal equivalente ao serviço executado no mês de referência.

**10.7.** O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA até o 5º (quinto) dia útil após o ateste no verso da Nota Fiscal.

**10.7.1.** Para fins de pagamento será realizada consulta ao CAFIMP.

**10.8.** O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

**10.9.** Somente serão pagos os produtos, serviços e etapas efetivamente executados, formalmente aprovados e de acordo com as especificações que integram este Contrato.

**10.10.** A devolução da fatura não aprovada pelo TRIBUNAL em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

**10.11.** Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na execução dos serviços.

**10.12.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

**EM = Encargos monetários;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso;**

**I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

**I =  $i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.**

**10.13.** O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

#### **Licenciamento, Implantação e Outras Despesas:**

**10.13.1.** O valor total proposto para os itens do Licenciamento dos Módulos do Sistema, Gerenciamento do Projeto, Gestão da Mudança Organizacional, Modelagem de Processos, Implementação, Estabilização, Licenciamento dos Softwares Adicionais e Outras despesas será pago da seguinte forma:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor proposto após a aprovação dos 3 (três) Seminários de Transferência de Conhecimento relativos às metodologias de gerenciamento do projeto, de modelagem de processos e de implantação da SOLUÇÃO;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) do valor proposto após a aprovação do Plano de Implantação da SOLUÇÃO relativo ao serviço de Planejamento do Projeto;
- c) 0,4% (quatro décimos por cento) do valor proposto após a aprovação dos demais produtos relativos ao serviço de Planejamento do Projeto;
- d) 0,45% (quarenta e cinco décimos por cento) do valor proposto, por mês, após a aprovação do serviço de Acompanhamento da Execução do Projeto prestado no mês de referência. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 27 meses;
- e) 0,2% (dois décimos por cento) do valor proposto, por mês, após a aprovação do serviço de Gestão da Mudança Organizacional prestado no mês de referência. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 10 meses;
- f) 2% (dois por cento) do valor proposto após a aprovação do serviço de Modelagem de Processos;
- g) 0,85% (oitenta e cinco décimos por cento) do valor proposto, por mês, após a aprovação do serviço de Estabilização prestado no mês de referência. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 15 meses;
- h) 12% (doze por cento) do valor proposto relativo a prestação do serviço de Implementação do módulo de Registro de Pessoal;
- i) 12% (doze por cento) do valor proposto relativo a prestação do serviço de Implementação do módulo de Folha de Pagamento;
- j) 9% (nove por cento) do valor proposto relativo a prestação do serviço de Implementação do módulo de Apuração de Frequência;
- k) 3,5% (três e meio por cento) do valor proposto relativo a prestação do serviço de Implementação dos 9 (nove) módulos restantes do SISTEMA, por módulo. Estes módulos são: Avaliação de Desempenho; Avaliação de Sentenças; Banco de Talentos; Concursos; Formação Institucional; Estagiários; Saúde Ocupacional; Atendimento ao Servidor e as Características Gerais;
- l) 5% (cinco por cento) do valor proposto após a aprovação da Implantação da SOLUÇÃO.

| <b>Pagamento do Licenciamento, Implantação e Outras Despesas:</b> |                   |             |                           |
|---|-------------------|-------------|---------------------------|
| <b>Serviço/Produto</b>  | <b>% Unitário</b> | <b>Qtde</b> | <b>% total do Serviço</b> |
| a) Seminários da Metodologia                                      | 0,5%              | 1           | 0,5%                      |
| b) Plano de Implantação da SOLUÇÃO                                | 0,7%              | 1           | 0,7%                      |
| c) Planejamento (demais produtos)                                 | 0,4%              | 1           | 0,4%                      |
| d) Acompanhamento do Projeto                                      | 0,45%             | 27          | 12,15%                    |
| e) Gestão da Mudança Organizacional                               | 0,2%              | 10          | 2%                        |
| f) Modelagem dos Processos  | 2%                | 1           | 2%                        |
| g) Estabilização  | 0,85%             | 15          | 12,75%                    |
| h) Implementação do Registro de Pessoal                           | 12%               | 1           | 12%                       |
| i) Implementação da Folha de Pagamento                            | 12%               | 1           | 12%                       |
| j) Implementação da Apuração de Freq.                             | 9%                | 1           | 9%                        |
| k) Implementação dos demais módulos                               | 3,5%              | 9           | 31,5%                     |
| l) Implantação da SOLUÇÃO   | 5%                | 1           | 5%                        |
| <b>Total</b>  |                   |             | <b>100%</b>               |

**10.13.1.1.** O valor referente à Implementação de cada módulo do SISTEMA, estabelecido no item 10.13.1., subitens “h” a “k”, será pago da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Análise de Requisitos do módulo;
- 25% (vinte e cinco por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Adequação e Desenvolvimento do módulo;
- 10% (dez por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Integração do módulo;
- 18% (dezoito por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Carga de Dados do módulo;
- 3% (três por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Instalação do módulo;
- 18% (dezoito por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Teste e Homologação do módulo;
- 6% (seis por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Implantação em Produção do módulo;

#### **Suporte Técnico:**

**10.13.2.** 100% do valor mensal proposto para o serviço após a aprovação do serviço de Suporte Técnico prestado no mês de referência. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 12 meses.

#### **Manutenção Presencial:**

**10.13.3.** 100% do valor correspondente ao quantitativo de horas efetivamente utilizadas na execução dos serviços durante o mês de referência, após a aprovação do serviço de Manutenção Presencial prestado no respectivo mês. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 6.000 horas e será executado por no máximo 2 profissionais alocados no TRIBUNAL.

#### **Horas Técnicas:**

**10.13.4.** 100% do valor correspondente ao quantitativo de horas efetivamente utilizadas na execução dos serviços durante o mês de referência, após a aprovação do serviço de Horas Técnicas prestado no respectivo mês. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 15.000 horas.

#### **Treinamento:**

**10.13.5.** 100% do valor dos treinamentos ministrados durante o mês de referência, após a aprovação do serviço de Treinamento prestado no respectivo mês. O pagamento está limitado às quantidades definidas para o serviço, conforme especificado no Anexo I.

**10.14.** As condições de pagamento definidas estão condicionadas ao cumprimento das metas estabelecidas no item 24 do Anexo I.

**10.14.1.** O não atendimento às metas estabelecidas implicará em ajustes no pagamento (glosas).

**10.14.2.** O valor a ser pago, considerando o ajuste, será calculado conforme apresentado a seguir:

$$\text{Valor Ajustado} = \text{Valor Previsto} \times \text{IAP do serviço}$$

**Na qual:** **Valor ajustado** = Valor a ser efetivamente pago em função do ajuste (glosa);

**Valor Previsto** = Valor previsto para pagamento, conforme item 10.13;

**IAP do serviço** = Índice de Ajuste no Pagamento calculado conforme estabelecido no item 24 do Anexo I

### DO VALOR DO CONTRATO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O valor total estimado do presente contrato é de R\$ **XXXXXXX** (XXXXXXX), conforme discriminação:

| Especificação   |                                | Unidade        | Quant | Unitário (R\$) | Total (R\$) |
|---|--------------------------------|----------------|-------|----------------|-------------|
| <b>1 - LICENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>   |                                |                |       |                |             |
| Licenciamento (Cessão do direito de uso permanente das licenças do SISTEMA e do código fonte)                       | Módulo Apuração de Frequência  | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Registro de Pessoal     | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Folha de Pagamento      | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Avaliação de Desempenho | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Avaliação de Sentenças  | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Banco de Talentos       | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Concursos               | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Formação Institucional  | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Estagiários             | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Atendimento ao Servidor | módulo         | 1     |                |             |
|   | Módulo Saúde Ocupacional       | módulo         | 1     |                |             |
|   | Características Gerais         | módulo         | 1     |                |             |
| 1.1 - Total Licenciamento   |                                |                |       |                |             |
| Serviço de Gerenciamento do Projeto   | Planejamento do Projeto        | serviço        | 1     |                |             |
|   | Acompanhamento da Execução     | mês            | 27    |                |             |
| 1.2 - Total Gerenciamento do Projeto  |                                |                |       |                |             |
| 1.3 - Serviço de Gestão da Mudança Organizacional   |                                | mês            | 10    |                |             |
| 1.4 - Serviço de Modelagem de Processos   |                                | serviço        | 1     |                |             |
| Serviço de Implementação  | Módulo Apuração de Frequência  | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Registro de Pessoal     | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Folha de Pagamento      | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Avaliação de Desempenho | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Avaliação de Sentenças  | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Banco de Talentos       | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Concursos               | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Formação Institucional  | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Estagiários             | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Atendimento ao Servidor | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Módulo Saúde Ocupacional       | serviço/módulo | 1     |                |             |
|   | Características Gerais         | serviço/módulo | 1     |                |             |
| 1.5 - Total Implementação   |                                |                |       |                |             |
| 1.6 - Serviço de Estabilização  |                                | mês            | 15    |                |             |
| 1.7 - Total licenciamento dos Softwares Adicionais (detalhamento no Anexo III-A)                                    |                                |                |       |                |             |
| 1.8 - Outras despesas (inclui deslocamento, diárias, estadia, alimentação e tributos e taxas incidentes) - OPCIONAL |                                |                |       |                |             |

| Especificação  |                                       | Unidade   | Quant  | Unitário (R\$) | Total (R\$) |
|--|---------------------------------------|-----------|--------|----------------|-------------|
| <b>1 - TOTAL DO LICENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO E OUTRAS DESPESAS (soma dos subitens 1.1 a 1.8)</b> |                                       |           |        |                |             |
| <b>2 - SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO</b>  |                                       | mês       | 12     |                |             |
| <b>3 - HORAS TÉCNICAS PARA EVOLUÇÕES E ADAPTAÇÕES</b>  |                                       | hora      | 15.000 |                |             |
| <b>4 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PRESENCIAL</b>  |                                       | hora      | 6.000  |                |             |
| Serviço de Treinamento   | Palestras de sensibilização           | palestra  | 2      |                |             |
|  | Palestras de capacitação dos usuários | palestra  | 15     |                |             |
|  | Cursos de multiplicadores             | aluno     | 200    |                |             |
|  | Cursos dos administradores            | aluno     | 40     |                |             |
|  | Cursos transferência do conhecimento  | hora/aula | 200    |                |             |
| <b>5 -TOTAL TREINAMENTO</b>  |                                       |           |        |                |             |
| <b>TOTAL PROPOSTA ( soma dos itens 1 a 5)</b>  |                                       |           |        |                |             |
| <b>TOTAL POR EXTENSO</b>   |                                       |           |        |                |             |

**11.1.** As despesas acima correrão à conta da Dotação Orçamentária nº. **1031.02.61.723.4.224.3.3.90.39.27 – Serviços de Informática.**

**11.2.** Já estão incluídas no preço total, todas as despesas com impostos, mão-de-obra, transporte e demais encargos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

### **DO REAJUSTE**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 01 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

### **DA GARANTIA CONTRATUAL**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** A CONTRATADA apresentará ao TRIBUNAL, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da publicação do extrato deste contrato, comprovante de garantia na modalidade **XXXXXX**, no valor de R\$ **XXXXXXX (XXXXXXXX)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto.

**13.1.** A vigência da garantia terá como data inicial a de início da prestação dos serviços e data final a de **XXXXXX**, correspondente ao término da vigência deste contrato, prevista na Cláusula Sexta.

**13.1.1.** A DIRFOR deverá encaminhar cópia da emissão da Autorização de Início do Serviços para a DIRFIN.

**13.2.** A prorrogação da vigência deste contrato, fundada no art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, obriga prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada ou prestar nova garantia, observando que:

**13.2.1.** o valor corresponderá a 5% (cinco por cento) da despesa estimada para o novo período de execução;

**13.2.2.** a nova vigência observará os critérios estabelecidos no item 13.1, cabendo à CONTRATADA prestá-la ao TRIBUNAL no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

**13.3.** A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o TRIBUNAL autorizado a executá-la para cobrir multas sancionatórias, indenização a terceiros, ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão, de responsabilidade da CONTRATADA.

**13.4.** A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

**13.5.** A CONTRATADA se obriga a manter o valor da garantia em compatibilidade com o percentual estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato, relativamente ao valor atualizado do contrato, devendo promover essa complementação de garantia e apresentar ao TRIBUNAL no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

**13.6.** O TRIBUNAL não efetuará o pagamento da prestação de serviços, enquanto a CONTRATADA não prestar a garantia ou fizer a recomposição do valor correspondente ao descontado pelo TRIBUNAL em decorrência do inadimplemento.

**13.7.** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação ou penalidade, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição ou prestar nova garantia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pelo TRIBUNAL, de acordo com o §2º, do Art. 86 da Lei nº. 8.666/93.

**13.8.** Havendo garantia, após a execução deste contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL o pedido de liberação ou restituição.

**13.9.** O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

**13.9.1.** a CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL previa e justificadamente essa intenção;

**13.9.2.** os GESTORES do contrato declararem inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;

**13.9.3.** a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93;

**13.9.4.** a nova garantia prestada preencher os requisitos do ato convocatório e deste contrato;

**13.9.5.** no caso de Fiança e Seguro-Garantia exista expressamente prevista a cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência e igual à da substituída.

#### **DA RESPONSABILIDADE POR PERDAS E DANOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Sem prejuízo das disposições referentes às penalidades, a **CONTRATADA** responderá, perante o **TRIBUNAL** pelas perdas e danos diretos que vier a lhe causar ou a terceiros, na execução do contrato.

**14.1.** A **CONTRATADA** expressamente reconhece não haver vínculo empregatício entre seus empregados, empregados dos subcontratados ou terceiros por eles utilizados e o **TRIBUNAL**, responsabilizando-se por todas as obrigações fiscais, previdenciárias, legais e trabalhistas decorrentes de qualquer reclamação ou demanda, exigência administrativa ou judicial, relacionadas a ditos empregados ou terceiros.

**14.2.** A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **TRIBUNAL**, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o **TRIBUNAL** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a **CONTRATADA**.

#### **DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da

CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

**15.1.** Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

**15.2.** Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

**15.3.** A não-apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

### **DAS VEDAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira sem autorização expressa do TRIBUNAL, bem como:

**16.1.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.

**16.2.** Subcontratar o todo ou parte do serviço, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato, salvo disposição contida na Cláusula Décima Quinta, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais à CONTRATADA, conforme art.72 da Lei nº. 8666/93, em sua atual redação.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observado o limite máximo de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, sem que isso implique aumento do preço proposto.

**17.1.** As alterações que por ventura forem necessárias, considerando a constante evolução tecnológica, serão processadas a qualquer tempo, por meio de termo aditivo.

**17.2.** Na hipótese de ocorrência do previsto no inciso II, alínea "d" do art. 65, a CONTRATADA deverá, primeiramente, observar o prazo de entrega que foram propostos enquanto for apreciado o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de incorrer em inadimplência com a consequente aplicação das penalidades legais e as previstas neste contrato.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

- a)** Advertência, por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b)** Multa, observados os seguintes limites:
  - b.1)** 20% (vinte por cento) sobre o valor do total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida ou na hipótese de inexecução parcial que enseje a sua rescisão.
  - b.2 )** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa em efetuar a garantia ou o reforço da garantia.
  - b.3)** 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, em caso de deixar de atender o limite mínimo de 50% (cinquenta por cento) estabelecido para o Indicador de Cumprimento de Prazos (ICP), por

serviço.

**b.4)** 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, em caso de deixar de atender o limite mínimo de 70% (setenta por cento) estabelecido para o Indicador de Conformidade dos Artefatos (ICA), por serviço.

**b.5)** 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, em caso de deixar de atender o limite mínimo de 70% (setenta por cento) estabelecido para o Indicador de Conformidade do SISTEMA (ICS), por serviço.

**b.6)** 10% (dez por cento) do valor mensal do serviço de suporte técnico, em caso de deixar de atender o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) estabelecido para o Indicador de Atendimento de Chamados (IAC) por mês.

**b.7)** até 1% (um por cento) sobre o valor do total do contrato, em caso de deixar de disponibilizar a documentação técnica atualizada ou os códigos fontes atualizados, por ocorrência.

**b.8)** até 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor do total do contrato, em caso de deixar de iniciar a execução dos serviços dentro do prazo previsto, por dia de atraso. A critério da Administração, o atraso superior a 30 dias, após a data de início fixada na autorização de início de serviço, poderá caracterizar inexecução total do contrato e ensejar a sua rescisão.

**b.9 )** até 10% (dez por cento) sobre o valor do total do contrato, em caso de deixar de cumprir quaisquer obrigações estabelecidas no contrato e anexos, não especificadas nesta tabela de multas.

**c)** Suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo TRIBUNAL e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas.

**d)** Declaração de inidoneidade nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº. 44.431/06 e alterações posteriores.

**18.1.** Entende-se por inexecução total da obrigação assumida, a obrigação executada fora das especificações contratadas que frustrem a execução do objeto deste Contrato e/ou que venha a causar prejuízo ou dano ao TRIBUNAL.

**18.2.** Observado o devido processo legal, o pagamento das multas referentes a penalidades por atraso e inadimplemento deverá ser efetuado pela **CONTRATADA**, no prazo de 05 (e cinco) dias contados de cada notificação de cobrança do **TRIBUNAL**, ou mediante desconto do pagamento mensal ou da garantia de execução.

**18.3.** A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

**18.4.** No caso de rescisão do contrato por inadimplência da **CONTRATADA**, essa estará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, reconhecendo-se os direitos do **TRIBUNAL** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n. 8.666/93.

**18.5.** O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devido pelo TRIBUNAL e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

**18.6.** As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo.

### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como:

**a)** Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial.

**b)** Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

**c)** Incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela **CONTRATADA** durante e a prestação dos serviços.

**19.1.** Ocorrendo a rescisão contratual, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:** A eficácia deste contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário Judiciário Eletrônico").

### **DO FORO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA:** As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente contrato.

E, por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente contrato em duas vias de igual teor e para um mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

DESEMBARGADOR SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE  
Presidente

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante Legal

TESTEMUNHAS: